

Estado do Conhecimento: o Semipresencial no Ensino Superior

State of Knowledge: Blended Learning in Higher Education

José Adriano Silva de OLIVEIRA^{1*}
Bruno Rafael Santos de CERQUEIRA¹

¹ Universidade Federal do ABC. Av.
dos Estados, 5001 - Santo André - SP
- Brasil

*jose.adriano@ufabc.edu.br

Resumo

O presente artigo teve como objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre a educação a distância no Brasil, em especial sobre a educação semipresencial no contexto do Ensino Superior. Para isso, foram elaboradas perguntas que orientam este estudo: como as pesquisas vêm se dedicando ao tema? Quais as abordagens e focos dos estudos? Já a estratégia metodológica está baseada na estrutura de seis passos apresentados por Morosini; Fernandes (2014) sobre a estrutura de um estado do conhecimento. Os dados foram obtidos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Após a aplicação das técnicas de inclusão e exclusão, foram selecionados 25 artigos para análise. Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se a formação de professores para atuação no ensino semipresencial como ponto estratégico para uma modalidade de qualidade. Seguido disso, é possível observar a relevância de temas como metodologias, recursos digitais e tendências pedagógicas que englobam o semipresencial na Educação Superior.

Palavras-chave: Educação a distância. Ensino semipresencial. Formação docente.



Recebido 16/04/2024
Aceito 26/07/2024
Publicado 15/08/2024

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: OLIVEIRA, J. A. S.; CERQUEIRA, B. R. S. Estado do Conhecimento: o Semipresencial no Ensino Superior. **EaD em Foco**, v. 14, n. 1, e2286, 2024. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v14i1.2286>

State of Knowledge: Blended Learning in Higher Education

Abstract

The aim of this article was to present a state of knowledge about distance education in Brazil, particularly focusing on semi-presential education in the context of Higher Education. To achieve this, guiding questions were developed to direct this study: how are researches dedicating themselves to the topic? What are the approaches and focuses of the studies? The methodological strategy is based on the six-step structure presented by Morosini and Fernandes (2014) regarding the state of knowledge. The data were obtained from searches in the Brazilian academic database, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). After applying inclusion and exclusion techniques, 25 articles were selected for analysis. Among the main results obtained, the training of teachers for blended teaching is highlighted as a strategic point for a quality modality. Following this, it is possible to observe the relevance of topics such as methodologies, digital resources, and pedagogical trends that encompass semi-presential teaching in higher education.

Keywords: Distance education. Semi-presential teaching. Teacher training.

1. Introdução

Os dados mais recentes sobre o ensino superior no Brasil, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a partir do censo realizado em 2022, indicam um crescimento de 476% na Educação a Distância (EaD) no país entre os anos de 2011 e 2021. Os números revelam uma mudança nos aspectos tradicionais da educação e ratifica o fortalecimento da modalidade citada em diversos níveis de ensino, em especial, nos cursos de graduação. Esse cenário indica mudanças na forma como essa modalidade é enxergada pela sociedade, sendo reflexo também da maior inserção e apropriação das tecnologias de comunicação e educação no setor educacional e pela população.

Os dados apresentados evidenciam o forte crescimento da modalidade, mas é crucial refletir sobre a qualidade do ensino oferecido pelas instituições no contexto do ensino a distância. O aumento dos cursos nesta modalidade também nos levam a outras questões, como a formação docente, os processos pedagógicos, a qualidade do material didático oferecido pelas instituições de ensino, gestão de pessoas e financeira entram em cena quando o debate também inclui a eficiência e qualidade na Educação a Distância (EaD). Vários pesquisadores, incluindo Moran (2002) e Chaney et al. (2007), oferecem valiosas reflexões sobre a qualidade no contexto da Educação a Distância (EaD). Segundo Chaney et al. (2007), a avaliação da qualidade deve abranger quatro dimensões fundamentais: interação entre professor e aluno, suporte aos estudantes, assistência técnica aos estudantes e estrutura do curso, incluindo sua avaliação. Portanto, a análise da EaD deve ser abrangente, considerando não apenas seu crescimento, mas também a qualidade em múltiplas dimensões.

Ainda sobre essa questão, podemos afirmar que o debate se mostra mais latente quando o quesito “dualidade” se apresenta, gerando comparações com a educação no modelo presencial. Tais discussões, contudo, se apresentam muitas vezes sem contextualização a respeito das definições e especificações a respeito de cada modalidade de ensino. Segundo Lonchiati; Motta; Souza (2020, p. 2) “Quando se trata de educação, as questões não devem ser tratadas de forma dual, pois não existe certo ou errado. O que

existe são metodologias que melhor se adaptam à realidade do aprendiz, do estudante. O exposto reforça a importância da clareza a respeito do que se trata cada forma de ensinar e aprender.

Em busca de definições a respeito da EaD, é comum a associação com aspectos tecnológicos e ferramentas digitais. Porém, o ato de “ensinar a distância” não se estabelece apenas no uso de ferramentas digitais ou na transposição de aulas e/ou materiais didáticos advindos da modalidade presencial. É preciso pensar em uma EaD com concepções, conceitos, metodologias, métodos e materiais próprios e no gerenciamento de todo ecossistema desta modalidade. Moran (2002, p. 01) ressalta que “[...] A educação à distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias de comunicação”. O próprio Estado brasileiro aponta no Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998: “Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (Brasil, 1998). Conclui-se primordialmente que a EaD vai se caracterizar pela flexibilidade na estrutura do processo de ensino e aprendizagem, marcada pela busca de recursos e estratégias que atendam às demandas do seu público em prol dos objetivos de aprendizagem.

A educação a distância, desta forma, se abre com um leque de possibilidades que nos ajudam neste novo olhar sobre a relação entre o ensino e a aprendizagem. Consoante as análises de Vianney; Torres; Roesler (2010), o panorama da EaD no Brasil é delineado por cinco modelos distintos de desenvolvimento. Estes incluem: i) Teleeducação, que compreende transmissões ao vivo via satélite em canal aberto, abrangendo todo o território nacional; ii) Videoeducação, caracterizada pela reprodução pré-gravada em forma de teleaulas; iii) Modalidade semipresencial, adotada como estrutura em cursos, por exemplo, da Universidade Aberta do Brasil (UAB); iv) Universidade virtual, em que as etapas presenciais se restringem à realização de avaliações, enquanto as demais atividades ocorrem remotamente; e v) Modelo em que os estudantes dos cursos a distância frequentam períodos regulares na instituição, participando não somente de exames, mas também de atividades práticas em laboratórios e outros espaços. Essa variedade de abordagens reflete a complexidade e a diversidade do cenário da EaD no país.

O fato é que a tecnologia digital tende a ser uma forte aliada da educação, seja em qualquer modalidade. O [re] pensar na EaD de qualidade transpõe o entendimento do uso da tecnologia digital como protagonista e nos eleva ao patamar do fazer pedagógico que centraliza o estudante como figura central no processo de ensino e aprendizagem. Se em 1728, marco zero da EaD, o seu “nascimento” se consolidava nos cursos instrucionais oferecidos pelo professor Caleb Phillips e dava espaço para um novo paradigma da educação ao redor do mundo, hoje, surge um movimento de indagação sobre o que de fato é a educação a distância? Como está acontecendo a formação dos docentes que atuam nessa área? Como a legislação tem se tornado um fator determinante para o fortalecimento da EaD?

Nesse sentido, o presente estudo, do tipo estado do conhecimento, irá se dedicar à análise de pesquisas que exploram o ensino semipresencial. A escolha desse recorte temático se deve aos decretos recentes ao nível federal a respeito da inserção de carga horária a distância em cursos presenciais. Ademais, entende-se que há ainda pouca compreensão a respeito dessa estrutura de ensino, conforme Lonchiati e Motta Souza (2020). Além disso, existe uma carência de pesquisas que sistematizem tais estudos, Moran (s.d.) destaca que é muito difícil fazer uma avaliação abrangente e objetiva do ensino superior à distância no Brasil, visto que a modalidade se expande com rapidez e a maioria das pesquisas concentra-se em experiências isoladas.

Dessa forma, tem-se como objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre a educação a distância no Brasil, em especial sobre a Educação semipresencial no contexto do Ensino Superior. Questiona-se: como as pesquisas vêm se dedicando ao tema? Quais as abordagens e focos dos estudos?

O ensino semipresencial: contextualização e alguns marcos regulatórios

Das muitas facetas do EaD, o semipresencial surge como umas de suas possibilidades. Segundo Garrison e Vaughan (2008, p. 22), o conceito de semipresencial pode ser entendido como a “integração orgânica de abordagens e tecnologias complementares da educação presencial e a distância cuidadosamente selecionadas”, tendo como base as metodologias ativas de ensino, o cuidadoso planejamento das ações docente, o entendimento das ferramentas digitais na plataforma de ensino e aspectos motivacionais por parte dos estudantes. Além disso, Ebert (2003, p. 3) destaca que o “O diferencial reside na utilização de meios instrucionais não convencionais como a imagem, o som e a utilização de todos num hipertexto, que aliados aos convencionais permitem uma contextualização maior do conteúdo que está sendo ministrado, tornando-se ferramentas de mediação na ação do ensino e da aprendizagem nesta modalidade de ensino”.

No semipresencial o uso das diferentes tecnologias digitais será um requisito indispensável e requer do professor outros conhecimentos que vão além dos conteúdos, mas aprender a usar uma ferramenta digital não basta. É preciso saber planejar, desenhar estratégias de ensino que coloque o estudante no centro da sua aprendizagem, entender os diferentes públicos e como se constrói o conhecimento.

Ainda no espectro das características, o planejamento no semipresencial acontece como peça fundamental para o bom êxito para modalidade e não me refiro apenas ao planejamento do conteúdo. É importante saber/conhecer as principais ferramentas digitais, a começar pelo ambiente virtual de aprendizagem e a sua função pedagógica para que se afaste a ideia de transposição de aulas ministradas presencialmente para o digital. Desta forma, abrange-se o que se apresenta no inciso 1 do Artigo 1º da Portaria 4.059/2004 emitida pelo Ministério da Educação (MEC) a respeito do semipresencial: “[...] caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota” (Brasil, 2004).

Esses diferentes suportes requerem também novas estruturas e profissionais que vão atuar especificamente nesse contexto, conforme é apresentado no Artigo 4º da Portaria n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019, também emitida pelo Ministério da Educação “A oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico, bem como para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino da disciplina” (Brasil, 2019)

Aqui se expõe, do ponto de vista pedagógico e técnico, a necessidade do planejamento e o [re]pensar dos saberes pedagógicos do fazer a distância. E esse planejamento começa nesta consciência crítica sobre o que é ensino semipresencial, perpassa a produção do material e o conhecimento técnico no uso das ferramentas digitais. Assim, é possível observar a complexidade do ensino semipresencial e as variâncias que vai exigir competências tanto da instituição que oferta esse tipo de modalidade como dos atores envolvidos no processo. Além disso, outros profissionais se fazem necessários para oferta de qualidade dos cursos, tais como *design* instrucional, *web designer*, técnico de vídeo, entre outros. Ademais, é imprescindível que o estudante seja ativo no processo de ensino-aprendizagem, pois nessa modalidade este precisa ter disciplina, autonomia e proatividade.

Do ponto de vista da legislação, a introdução da modalidade semipresencial no sistema educacional brasileiro se dá por meio da Portaria n.º 4.059 de 10 de dezembro de 2004, a qual representou uma significativa mudança no ensino superior. Tal decisão permitiu que até 20% das disciplinas presenciais fossem oferecidas à distância, utilizando recursos tecnológicos de comunicação remota. Concomitantemente, o ensino a distância continuou a expandir, indicando que a experiência dos estudantes com tecnologias educacionais estava sendo positiva. Essa crescente aceitação levou o Ministério da Educação a ampliar a

possibilidade de oferta de disciplinas na modalidade semipresencial para até 40%, conforme estabelecido pela Portaria nº 1.428 de 28 de dezembro de 2018.

No entanto, essa expansão não ocorreu sem critérios. A Portaria nº 1.428/2018 definiu uma série de requisitos de qualidade para as instituições de ensino superior, exigindo um conceito institucional e de curso igual ou superior a 4, além de estabelecer que a instituição não estivesse sob processo de supervisão. Mais tarde, a Portaria nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019 revogou algumas dessas exigências, gerando debates sobre a qualidade do ensino. A questão da aplicabilidade da modalidade semipresencial também foi estendida a cursos da área da saúde e engenharias, com exceção de medicina. Enquanto isso, o Ministério da Educação autorizou atividades presenciais em cursos a distância, com limite de 30% da carga horária total do curso, reconhecendo a importância da vivência presencial em determinados momentos da formação acadêmica. Assim, fica evidente que o ensino semipresencial não é apenas uma modalidade de ensino, mas sim uma estratégia pedagógica que exige cuidados específicos quanto à sua implementação e qualidade.

2. Metodologia

O estado do conhecimento: conceitos e etapas

Buscou-se realizar o estado do conhecimento sobre o ensino semipresencial em que se analisa principalmente as pesquisas que exploram tal modalidade em diferentes âmbitos, inclusive nos aspectos relacionados à formação docente em artigos científicos brasileiros. Morosini e Fernandes (2014, p. 2) define o estado do conhecimento como a:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica [...] Nesta reflexão, faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas às influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global.

De acordo com Soares e Maciel (2000), a diferença principal do “Estado do Conhecimento” em relação a outras técnicas é que ele se caracteriza por uma delimitação mais marcada, se concentrando exclusivamente em um setor específico das publicações relacionadas a um tema de interesse do pesquisador.

O estado do conhecimento, portanto, fornece ao pesquisador um panorama atual dos avanços, limitações, métodos utilizados, conjunto de referenciais teóricos, entre outros aspectos dos estudos disponíveis sobre um determinado assunto ou área de conhecimento. É uma etapa que busca compreender o que já foi investigado e quais são as lacunas existentes. O levantamento é realizado por meio do acesso a produções em repositórios, envolvendo a busca, seleção, sistematização e análise crítica de artigos científicos, livros, teses, dissertações e outros recursos relevantes. Morosini; Nascimento e Nez (2021) propõem um fluxo do processo constitutivo do estado de conhecimento conforme apresentado a seguir.

Primeiramente, realizaram-se buscas de artigos em português no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibiliza bases de dados textuais e referenciais em diversas áreas do conhecimento, um dos maiores acervos bibliográficos do mundo, incluindo artigos, teses, patentes, trabalhos publicados em eventos, livros eletrônicos, entre outros documentos. Tal escolha foi realizada por considerar que esse repositório é importantíssimo para a pesquisa

brasileira, além de se configurar como aberto à consulta, representando uma iniciativa institucional ligada ao órgão oficial do governo brasileiro, no caso o Ministério da Educação. A pesquisa no banco de dados foi realizada entre os meses abril e maio de 2024.

O segundo passo consistiu em delimitar as palavras-chave a serem utilizadas nas buscas, sempre alinhando as escolhas com os objetivos da pesquisa. Desse modo, optou-se pelos seguintes termos, além das justificativas pelas opções: **Semipresencial**: por se tratar do objeto central da pesquisa o uso desta palavra-chave visa buscar as produções acadêmicas que conceituem o ensino semipresencial ou debatam o semipresencial em cursos presenciais; e **Ensino Superior**: também foco desta pesquisa, o cenário aplicado é o semipresencial no Ensino Superior, justificando a escolha desta palavra-chave.

A busca aconteceu com cruzamento de palavras para se chegar a um fator comum de combinações utilizando os operadores booleanos formando a string: “Semipresencial” AND “Ensino Superior”. Destaca-se aqui que devido a densidade de trabalhos gerados a partir das palavras “Semipresencial” e “Ensino Superior” de forma isolada, optou-se por usar apenas a combinação de palavras apresentadas na *string*.

Buscou-se a presença no título, resumo ou palavras-chave dos trabalhos, sem recorte temporal (Com data limite de pesquisa em maio de 2024). O idioma que foi restrito a apenas as publicações em português, buscando uma contextualização maior a respeito do que vem sendo produzido em nosso país. Foram excluídos, mediante filtros, trabalhos de revisão da literatura, teses, dissertações, anais de congresso e demais produções que estejam em um escopo de artigo.

Foram totalizadas 46 obras como resultados das buscas. Procedeu-se com a leitura dos títulos, resumos e conclusões dos trabalhos de todos os artigos, entendendo que os trabalhos pesquisados podem ou não trazer informações suficientes para a elaboração do estado do conhecimento. Foram excluídos trabalhos repetidos, não estavam disponíveis para *download* e aqueles que não abordaram especificamente a questão do ensino semipresencial, resultando em 24 trabalhos selecionados.

A organização dos estudos foi realizada com base no que os autores Morosini, Nascimento e Nez (2021) que apresentam o recurso bibliografia anotada, definindo-a como uma tabela dos trabalhos selecionados organizada por detalhamento dos dados dos artigos, no caso da presente pesquisa: título, autor(es), ano, nome do periódico, resumo, palavras-chave, referência nos moldes da ABNT, *link* para acesso e comentários do pesquisador.

A lista dos artigos selecionados para compor o corpus deste estudo é apresentada no Quadro 1 a seguir. Os artigos são organizados em ordem cronológica de publicação e estão formatados conforme as normas da ABNT.

Quadro 1: Lista de artigos corpus do estudo

Códigos	Referências
A1	CRUZ, Dulce Márcia. Mídias no ensino superior: a formação docente e a educação presencial e virtual. Educação , Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 425-440, 2007.
A2	VALENTINI, Carla Beatris; SOARES, Eliana Sacramento; RELA, Eliana. Formação de professores do ensino superior: o desafio de repensar o fazer pedagógico no contexto das tecnologias e da modalidade semipresencial. Educação Unisinos , v. 12, n. 3, p. 196-204, 2008.
A3	ARAGON, Glaucia Torres; DA SILVA, Cleide Ferreira. Desempenho de Estudantes de Diferentes Municípios em uma Disciplina do Ensino Superior a Distância (CEDERJ). EaD Em Foco , Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 68-78, 2010.

A4	DA SILVA, Andreza Regina Lopes; REBELO, Sabrina; DOS SANTOS, João Vianney Valle; NUNES, Carolina Schmitt; SPANHOL, Fernando José. Modelos utilizados pela educação a distância: uma síntese centrada nas instituições de ensino superior brasileiras. Revista Gestão Universitária na América Latina , v. 4, n. 3, p. 153-169, 2011.
A5	KOMESU, Fabiana; GAMBARATO, Renira Rampazzo. Letramentos acadêmicos no ensino superior: aspectos verbo-visuais no processo de textualização em contexto semipresencial. Revista Linguagem & Ensino , v. 16, n. 1, p. 15-38, 2013.
A6	MEDEIROS, Zulmira.; COELHO, Maria de Lourdes. Encontros presenciais e ambiente virtual de aprendizagem na formação em docência do ensino superior. Revista Docência do Ensino Superior , Belo Horizonte, v. 4, p. 47-72, 2014.
A7	Ceribeli, Harrison Bachion; Ceribeli, Maria Cláudia Bachio. Uma análise da atuação dos tutores presenciais na Educação a distância no Ensino Superior: Um estudo de Caso. Cadernos De Estudos Sociais , v. 28, n. 1/2, p. 24-38, 2014.
A8	MARTINS, Lara Barros; ZERBINI, Thaís. Escala de Estratégias de Aprendizagem: evidências de validade em contexto universitário híbrido. Psico-Usf , v. 19, p. 317-328, 2014.
A9	PEIXOTO, Rogéli Tibúrcio Ribeiro da Cunha; GONÇALVES, Patrícia Valente Araújo Jacques; ALVIM, Hugo Henriques; AMORIM, Hanna Carolina Silva; ARAÚJO, André Vítor Alves. O emprego das tecnologias de informação e comunicação no ensino superior: relato de experiência sobre a oficina “Modelo Híbrido de Ensino”. Revista Docência do Ensino Superior , Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 183-204, 2015.
A10	SILVEIRA, Sidnei Renato; BERTOLINI, Cristiano; PARREIRA, Fábio José. Formação docente na área de informática: a experiência do Curso de Sistemas de Informação da UFSM Frederico Westphalen. Revista Científica de Extensão , v. 1, n. 2, 2015.
A11	PARREIRA JÚNIOR, Waltenor Martins; MALUSÁ, Silvana; OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Docência Universitária a Distância: Um Estudo sobre o Processo de Ensino-Aprendizagem na Modalidade Semipresencial. Educação Em Foco , v. 20, n. 2, p. 289-314, 2015.
A12	DE OLIVEIRA, Paulo Cristiano; TORRES, Maricel Karina López; NUNES, Carolina Schmitt; Nakayama, Marina Keiko. A gestão de serviços de tecnologia da informação no contexto de educação a distância: um estudo empírico. Revista Brasileira de Informática na Educação , v. 24, n. 1, p. 1, 2016.
A13	RIBEIRO, Victoria Maria Brant; LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira; GOMES, Maria Paula Cerqueira; ROCHA, Hulda Cristina; MATTOS, Denise da Silva; MAIA, Mirian Vieira; ROMANO, Valéria Ferreira. Formação de Professores e Preceptores no contexto de inovações curriculares. Revista Docência do Ensino Superior , v. 5, n. 2, p. 57-78, 2016.
A14	MARTINEZ, Dayra Émile Guedes; BIZELLI, José Luís; DO CARMO, Edson Inforsato. Tecnologias de informação e comunicação no ensino superior: o ambiente virtual de aprendizagem em um curso semipresencial. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação , p. 1421-1440, 2017.
A15	MACHADO, César Costa; LAURINO, Débora Pereira. Gestor aprendiz no ensino médio pelas tecnologias digitais da informação e comunicação. Revista Thema , Pelotas, v. 14, n. 2, p. 105-121, 2017.
A16	VENTURA, Paula Patrícia Barbosa. Socialização em Fóruns Virtuais – Proposta pedagógica para cursos de formação de docentes na modalidade semipresencial. Informática na educação: teoria & prática , Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 50-69, 2017.
A17	VILELA, Ricardo Mattar Expectativas dos alunos em uma instituição de ensino superior: uma análise de diferentes modalidades de oferta de cursos. Teoria e Prática da Educação , v. 21, n. 1, p. 67-81, 2018
A18	PAVANELO, Elisangela, KRASILCHIK, Myriam; GERMANO, José Silvério Edmundo. Contribuições para Preparação do Professor na Educação a Distância. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância , v. 17, n. 1, 2018.

A19	D'ALPINO, Paulo Henrique Perlatti; POLASSI, Mackeler Ramos; MAIA, Marcelo Henrick Matochek; TOMAZ, Pedro Luiz Santos; OLIVEIRA, Thales de Sá. Uso de Plataformas Integradoras de Ferramentas Tecnológicas e Pedagógicas em Ambiente Virtual de Aprendizagem em Profissões de Saúde. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas , v. 19, n. 2, p. 168–176, 2018.
A20	PIONTKIEWICZ, Regiane; GUIMARÃES, André José Ribeiro; FREITAS, Maria do Carmo Duarte; JUNIOR, Ricardo Mendes. Fatores críticos de sucesso percebidos por estudantes na adoção de disciplinas semipresenciais em cursos presenciais: um estudo de caso. RELATEC: revista latinoamericana de tecnologia educativa , v. 19, n. 1, p. 77-92, 2020.
A21	CASSIO, Rosse; DOS SANTOS, Georgianna Silva; DE OLIVEIRA, Maria De Fátima Alves. Avaliação de webconferências por estudantes do ensino superior a distância. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância , v. 21, n. 1, 2022.
A22	DE PESCE, Marly Krüger; KATANIWA, Leticia Cassiano. Saberes docentes necessários à atuação em curso de gastronomia a distância. Educação em Foco , v. 27, n. 1, p. 27022-27022, 2022.
A23	PINTO, Anaísa Cistina; BARROS, Sonia; FLORIANO, Lara Simone Messias; FRANÇA, Thiago Eduardo; CAMARINI, Aida Iglesias di Lincoln; SILVA, Letícia Marques. Censo dos cursos de graduação em enfermagem brasileiros presenciais e à distância. Enfermagem em Foco , v. 12, n. 6, 2021.
A24	QUEIROGA, Marcos Roberto; FERREIRA, Sandra Aires; SILVA, Danilo Fernandes da; WEBER, Vinicius Muller Reis; CAVAZZOTO, Timothy Gustavo; DANTAS, Diego Bessa Bessa; SANTOS, Poliana Piovezana dos; STEIN, Angélica Miki. Estágio curricular obrigatório no curso de bacharelado em Educação Física com supervisão docente presencial. Caderno de Educação Física e Esporte , v. 21, p. e29564, 2023.

Fonte: os autores, 2024.

Para análise dos trabalhos catalogados, adotou-se a análise de conteúdo (Moraes, 1999). Nesse sentido, procedeu-se à leitura flutuante das pesquisas inventariadas, visando identificar quais correspondiam ao semipresencial no Ensino Superior. Posteriormente, foi feita a sistematização dos trabalhos por meio de sua leitura integral. O mapeamento de pesquisas sobre o ensino semipresencial no ensino superior pode revelar os direcionamentos e as abordagens adotadas pelos pesquisadores da área no desenvolvimento dessa modalidade de ensino, bem como identificar lacunas e desafios existentes.

3. Análise dos dados

nesta seção, as pesquisas inventariadas serão examinadas quanto à temática abordada. Inicialmente, contudo, será fornecido um panorama dos dados relativos às publicações, como: número de artigos ao longo dos anos, periódicos onde foram publicados os estudos, regiões brasileiras onde atuam o(a) primeiro(a) autor(a) de cada um dos trabalhos e distribuição das palavras-chave.

A análise do quantitativo de publicações ao longo dos anos pode fornecer um panorama a respeito do foco que é dado ao assunto pelo meio acadêmico, além de relevar avanços na produção do conhecimento. Os anos de 2016 e 2017 se destacam com o maior número de artigos produzidos, totalizando 4 e 3 artigos, respectivamente. Por outro lado, os anos de 2007, 2008, 2010, 2011, 2013, 2020 e 2023 apresentam apenas um artigo produzido em cada ano. A distribuição irregular ao longo dos anos pode refletir tendências e áreas de interesse variáveis dentro do campo de estudo, ou mesmo opções por terminologias específicas ao longo do tempo que não se enquadram na *string* utilizada, o que pode ser um indicativo da necessidade de uma análise mais aprofundada para entender os motivos por trás dessas flutuações e identificar possíveis lacunas ou áreas de oportunidade para futuras investigações.

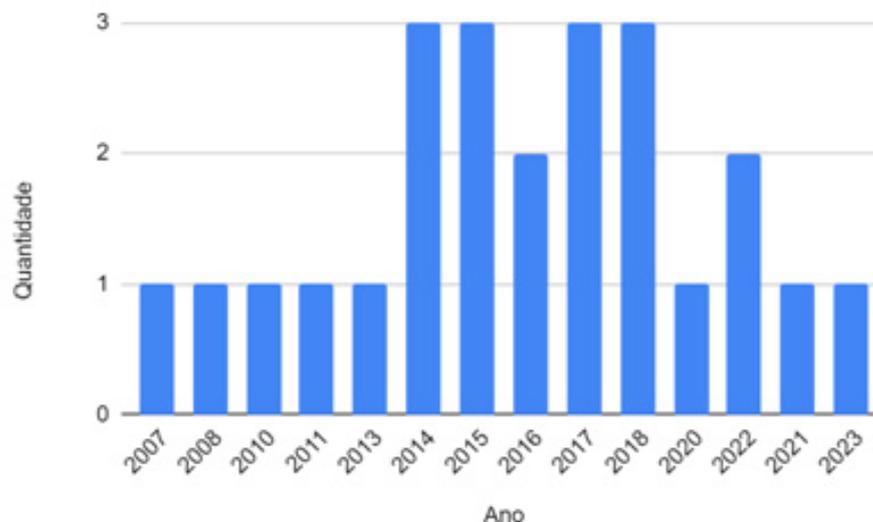


Figura 1: Número de artigos *versus* ano

Fonte: os autores, 2024.

A análise dos periódicos onde os artigos foram publicados indica uma forte dispersão entre diferentes revistas, a maioria delas com apenas um estudo publicado. A Revista Docência do Ensino Superior com três artigos publicados, além delas, outras revistas dedicadas ao ensino superior também aparecem na lista, dado o enfoque da presente pesquisa que se manifesta por meio das palavras-chave utilizadas. Outro ponto de atenção é que os estudos foram publicados em revistas da área de Educação em geral, algumas poucas revistas direcionadas para a Educação a distância ou Cultura digital aparecem na lista, como: EAD em Foco, Revista brasileira de informática na educação, Informática na educação: teoria & prática, Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, Revista Latinoamericana de tecnologia educativa. Tal dado pode indicar o foco dado pelos autores dos artigos, além de evidenciar que a produção do conhecimento na área dialoga com outros campos.

Quadro 2: Lista de periódicos e quantitativo de artigos

Nome do periódico	Número de artigos
Revista Docência do Ensino Superior	3
Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância	2
Educação em foco	2
Caderno de Educação Física e Esporte (Online)	1
Cadernos de estudos sociais	1
EAD em Foco	1
Educação (UFSM)	1
Enfermagem em foco	1
Informática na educação: teoria & prática	1
Linguagem & ensino	1
Revista Brasileira de Informática na Educação	1
Revista Científica de Extensão	1
Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas	1

Revista Educação Unisinos	1
Revista Gestão universitária na América Latina	1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	1
Revista Latinoamericana de tecnología educativa	1
Revista Thema	1
Psico USF	1
Teoria e Prática da Educação	1

Fonte: os autores, 2024.

Quanto à análise dos dados de produção de artigos sobre o ensino semipresencial, observa-se uma diversificada distribuição geográfica das instituições ligadas aos primeiros autores. A maioria das universidades/faculdades está localizada no estado de São Paulo, com um total de 7 artigos produzidos, seguido por Santa Catarina com 4 artigos. Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentam três artigos, os demais estados da tabela aparecem com um artigo apenas.

Quanto ao número de artigos por instituição, destaca-se a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista e a Universidade Federal de Santa Catarina, com 3 artigos cada uma. A Universidade Federal de Minas Gerais aparece com dois artigos. Essa distribuição heterogênea sugere um interesse abrangente e difundido pelo tema do ensino semipresencial em diferentes regiões do Brasil, refletindo uma preocupação crescente com novas modalidades de ensino e aprendizagem.

Quadro 3: Lista de periódicos por Instituição e Estado

Instituição	Nº de artigos por instituição	Estado	Nº de artigos por estado
Universidade Federal do Ceará	1	Ceará	1
Fucape Business School	1	Espírito Santo	1
Universidade do Estado de Minas Gerais	1	Minas Gerais	3
Universidade Federal de Minas Gerais	2		
Universidade Estadual do Centro-Oeste	1	Paraná	2
Universidade Federal do Paraná	1		
Universidade da Região de Joinville	1	Santa Catarina	4
Universidade Federal de Santa Catarina	3		
Universidade Anhanguera de São Paulo	1	São Paulo	7
Universidade de São Paulo	3		
Universidade Estadual Paulista	3		
Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz)	1	Rio de Janeiro	3
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	1		
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1		

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	1	Rio Grande do Sul	3
Universidade de Caxias do Sul	1		
Universidade Federal de Santa Maria	1		

Fonte: os autores, 2024.

Outro item analisado foram as palavras-chave selecionadas pelos artigos. Foram contabilizadas 88 ocorrências, distribuídas em 63 termos diferentes. Ressalta-se que não foram feitos agrupamentos de termos que poderiam ter significados semelhantes. Optou-se por apresentar os dados por meio de uma nuvem de palavras, uma representação gráfica que demonstra a frequência e a importância das palavras em um conjunto de dados, como pode ser observado abaixo:

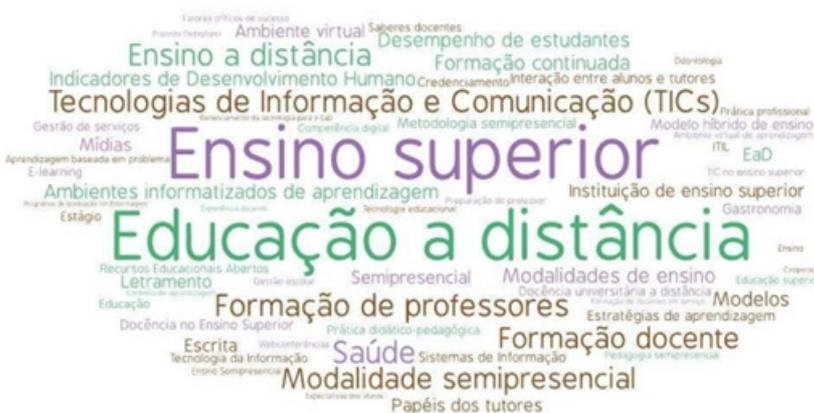


Figura 2: Nuvem de palavras referente ao estudo

Fonte: os autores, 2024.

A análise das palavras-chave presentes nos artigos sobre ensino semipresencial oferece uma visão abrangente das áreas de interesse e preocupações centrais dos pesquisadores nesse campo. Evidencia-se em primeiro plano os termos Educação a distância e Ensino superior, o que é esperado, já que os mesmos estavam presentes no contexto da pesquisa.

Outro foco relevante é a ênfase na Formação docente, o que indica um interesse em explorar como os professores estão sendo preparados para ensinar no contexto do ensino semipresencial. O que pode ser um indício de que as pesquisas estão preocupadas com os programas de formação continuada e com as habilidades necessárias para utilização das tecnologias e metodologias adequadas ao ensino semipresencial.

Além disso, as palavras-chave relacionadas às “Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)” e “Ambiente virtual de aprendizagem” destacam a importância do uso de ferramentas tecnológicas para apoiar o ensino e aprendizagem nesse contexto. Isso sugere uma preocupação em criar ambientes *online* eficazes, promovendo a interação entre as diversas pessoas envolvidas com o processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, o destaque ao termo saúde pode revelar que há um conjunto de pesquisas que buscam explorar as possibilidades do ensino semipresencial em cursos em tal campo de atuação. Em suma, a análise das palavras-chave reflete uma variedade de aspectos e desafios associados ao ensino semipresencial, desde questões pedagógicas e tecnológicas até considerações relacionadas à formação docente e gestão institucional. Esses destaques são essenciais para orientar o olhar a respeito das abordagens e foco que será apresentado adiante.

Temática

A partir da análise dos focos de cada artigo, podemos agrupá-los em alguns grupos temáticos, são eles: Formação de professores; Desempenho, perfil e percepções dos estudantes sobre cursos semipresenciais; Metodologias, recurso e práticas de ensino no contexto semipresencial; Adaptação e avaliação de disciplinas para a semipresencialidade; Gestão e aspectos institucionais do ensino semipresencial.

No primeiro agrupamento, formação de professores, temos uma temática que se apresenta como um dos grandes desafios atuais da educação. Primeiramente, é necessário levar em consideração que se a EaD possui características, metodologias e métodos próprios, ela também necessita de um docente que tenha uma formação para que se atue nesta modalidade.

Shulman (1986) provocou uma reflexão sobre a dicotomia na formação de professores, destacando a separação entre cursos de pedagogia focados no ensino prático em sala de aula e outros cursos centrados apenas no conteúdo. Ele argumentou que essa divisão levou à produção de cursos excessivamente centrados no conteúdo ou na pedagogia. Mishra e Koehler (2006), baseando-se na tese de Shulman, introduziram o conceito de Conhecimento Pedagógico, Tecnológico e de Conteúdo (TPCK), reconhecendo a importância do conhecimento tecnológico na prática docente.

Dessa forma, resta-nos perguntar: como deve acontecer a formação de docentes na educação a distância, especialmente no contexto semipresencial? Esse é o maior grupo deste levantamento, os seguintes artigos se enquadram nessa categoria: A1, A2, A6, A9, A10, A11, A18, A22.

O artigo A1 aborda sugestões para formação de professores no uso de mídias em disciplinas ministradas de forma semipresencial ou presencial. Isso é feito considerando um panorama da formação para o uso de mídias na educação no Brasil e o contexto atual da Educação a Distância. O estudo A2, também reforçando a necessidade da apropriação das tecnologias de comunicação e de informação por parte dos docentes, discute a formação de professores diante das tecnologias, explorando a adaptação e as ações necessárias para incorporar a modalidade semipresencial nos cursos de graduação. Analisa um seminário de formação de professores no ensino superior, focado na utilização de ambientes de aprendizagem *online*. Destaca diretrizes surgidas da análise desse processo de formação e da implementação de disciplinas nessa modalidade. Também analisando uma iniciativa de formação de professores, o texto A18 descreve a estrutura do programa semipresencial de Formação em Docência do Ensino Superior, destacando a organização dos encontros presenciais e virtuais e ressaltando a importância da integração entre as atividades *online* e os momentos presenciais para a formação didático-tecnológica dos participantes.

Ainda nessa abordagem, o artigo A9 investiga a formação de professores do ensino superior por meio de oficinas com foco no Emprego de Tecnologias da Informação e Comunicação, no que é chamado pelos autores de um modelo híbrido. Destaca-se que se trata do contexto específico de um curso de Odontologia, na área da saúde, aspecto semelhante a outros trabalhos selecionados.

Na pesquisa A10 foram utilizados *workshops* para formação de docentes do ensino superior no âmbito do curso de Sistemas de Informação, abrangendo as seguintes temáticas: Docência e Didática no Ensino Superior, análise da matriz curricular, alternativas didático-pedagógicas para reduzir a evasão e Educação a Distância. A formação do corpo docente visava prepará-los para atuarem na criação de um Curso de Licenciatura em Computação na modalidade a distância. Destaca-se que neste trabalho observam-se apontamentos a respeito da formação de professores que se debruça sobre questões que vão além das tecnologias educacionais. Este entendimento sobre o conhecimento e a reflexão sobre a prática docente corrobora com o que é defendido por Mishra e Koehler (2006) a respeito do conhecimento pedagógico tecnológico de conteúdo apresentado anteriormente.

Diferentemente dos trabalhos anteriores, o artigo A11 tem como foco a docência universitária a distância, especificamente em cursos de formação de professores que utilizam a modalidade semipresencial. O objetivo foi compreender como os professores universitários percebem sua prática pedagógica nesse contexto. O estudo A18 também dialoga nesse sentido, ao investigar como ocorre a preparação dos professores do ensino superior para lecionar disciplinas semipresenciais, ajudando na compreensão dos caminhos percorridos por esses profissionais e a contribuição ou não das instituições de ensino para a formação docente. Nessa perspectiva, mas no contexto de um curso superior em Gastronomia semipresencial, o A22 investiga os saberes docentes, indicando que os professores empregam uma variedade de saberes para a instrução em cursos a distância, destacando a necessidade de desenvolver novas competências para o ensino neste cenário.

No segundo grupo, intitulado: desempenho, perfil e percepções dos estudantes sobre cursos semipresenciais, são encontrados os artigos A3, A17 e A20. Os mesmos envolvem análises do desempenho acadêmico dos estudantes em cursos semipresenciais, a investigação do perfil dos alunos que optam por esse formato de ensino e a avaliação das percepções dos estudantes sobre sua experiência em cursos semipresenciais. Apontam motivações, desafios e satisfação dos estudantes com o formato semipresencial de ensino, além de fornecerem direcionamentos para melhoria da eficácia e a aceitação dos cursos semipresenciais pelos alunos.

O artigo A3 vai uma análise do desempenho dos estudantes em disciplinas de graduação oferecida de forma semipresencial em 17 municípios do estado do Rio de Janeiro. A partir de uma abordagem quantitativa, correlacionam-se as médias finais dos alunos em cada polo regional às taxas de alfabetização e o Índice de Desenvolvimento Humano dos respectivos municípios-sede.

O estudo A17 se dedicou a mensurar as expectativas dos estudantes da graduação a respeito dos cursos escolhidos, incluindo uma parcela de cursos semipresenciais. Nestes, os alunos destacaram expectativas quanto à maior representatividade de aulas práticas no projeto pedagógico. O trabalho ajuda na identificação do olhar dos estudantes a respeito das diferentes formas de ensino e de suas especificidades.

A pesquisa A20 teve como objetivo identificar quais são os fatores críticos de sucesso para a adoção de disciplinas semipresenciais em cursos presenciais. Foram aplicados questionários a 331 estudantes que cursavam a época disciplinas na modalidade semipresencial. O trabalho se destaca novamente por evidenciar a percepção dos discentes a respeito dos elementos envolvidos no contexto semipresencial: aspectos como a competência digital dos docentes e dos estudantes, a interface do ambiente de aprendizagem e as metodologias utilizadas são pontos levantados.

A categoria “Metodologias, recurso e práticas de ensino no contexto semipresencial” reúne seis artigos, são eles: A5, A7, A13, A16, A19, A21. Em comum, investigam diferentes abordagens de ensino que combinam elementos presenciais e à distância, analisam o uso de tecnologias educacionais, como plataformas online e ferramentas de comunicação, e/ou avaliam o impacto dessas metodologias na aprendizagem dos alunos.

No âmbito das estratégias didáticas, o estudo A5 aborda a escrita universitária, analisando como ocorre o processo de combinação entre elementos verbais e visuais em cursos semipresenciais de Pedagogia, contribuindo para a compreensão dos letramentos acadêmicos e a integração de diferentes formas de expressão na produção textual. A pesquisa A21 investiga a percepção de alunos de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas semipresencial sobre o uso de *webconferências* em uma disciplina de primeiro período. Os resultados indicam que os estudantes consideram as *webconferências* essenciais para esclarecer dúvidas e aprofundar o entendimento dos conteúdos.

O artigo A13 investiga o emprego da Aprendizagem Baseada em Problema (ABP) como método, apoiado por uma ferramenta de autoria para a parte virtual de um curso na área da Saúde. Destaque para os apontamentos dos participantes que enfatizaram a importância da abordagem ativa, dos trabalhos em

grupo e discussões nos fóruns virtuais. Também no campo da Saúde, o artigo A19 oferece uma visão abrangente das várias ferramentas de aprendizado disponíveis e identificar diretrizes para pesquisas futuras sobre os métodos de ensino e aprendizagem em profissões da área de saúde, com especial atenção para a Odontologia.

O trabalho A7 investiga os papéis dos tutores na educação semipresencial ou à distância no ensino superior. Importante ressaltar que os tutores são profissionais importantes para a Educação a Distância, corroborado pela pesquisa em questão. Por meio de um estudo de caso em um polo de uma instituição nacional, constatou-se que a presença de tutores locais reduz a insegurança dos alunos. O artigo A16 também traz apontamentos sobre esses profissionais ao analisar a abordagem pedagógica adotada por uma instituição de ensino superior que utiliza o formato semipresencial, a qual é caracterizada como participativa, com especial destaque às ações tutoriais, dentre elas, na postura provocativa e investigativa da professora-tutora.

A categoria adaptação e avaliação de disciplinas para modalidades semipresenciais engloba os trabalhos A8, A12, A12, A14, A24, os quais exploram os resultados da implementação dessas adaptações, analisando seu impacto na aprendizagem dos alunos e na eficácia do ensino semipresencial como um todo.

Em A8 buscou-se adaptar e validar um instrumento para medir estratégias de aprendizagem em cursos semipresenciais a partir de quatro fatores: estratégias cognitivas, controle emocional, autorregulação e busca de ajuda interpessoal. A pesquisa A14, de forma mais focada em um elemento específico da EaD, avaliou um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) em um curso de Pedagogia semipresencial.

O artigo A12, por meio de um estudo de caso exploratório com alunos de um curso semipresencial em Administração, foram avaliados os problemas na prestação de serviços de EaD, indicando a necessidade de implementar uma estratégia de serviço, como proposto pela metodologia ITIL®, para melhorar continuamente o serviço e a infraestrutura da universidade.

O trabalho A24 aborda um tema pouco recorrente que são os estágios nos cursos semipresenciais. Este estudo contextualiza o Estágio Curricular Obrigatório (ECO) no curso de bacharelado em Educação Física, comparando as características da supervisão presencial e semipresencial.

Os trabalhos que se enquadram na categoria de gestão e aspectos institucionais do ensino semipresencial abordam questões relacionadas à administração, à organização e às estratégias institucionais envolvidas na implementação e à manutenção de programas de ensino semipresencial. Além disso, os artigos incluídos nesta categoria trazem, de forma quantitativa, números dos censos explicitados na pesquisa. Esses trabalhos visam entender como as instituições de ensino lidam com os desafios e oportunidades apresentados pelo ensino semipresencial. Foram agrupados nessa temática os estudos A4, A15 e A23.

O artigo A13 investiga os diferentes modelos de práticas de Educação a Distância (EaD) adotados por Instituições de Ensino Superior no Brasil, usando uma abordagem quantitativa com uma ampla amostra. Os resultados apontam um panorama importante, o modelo semipresencial é o mais comum, representando 75% das instituições analisadas em 2010, seguido pelo virtual (14%), tele-educação (7%) e híbrido (3%), evidenciando a natureza multimídia da EaD. Deve-se destacar que o estudo foi publicado em 2011; com os avanços tecnológicos e da própria EaD, se faz necessário um levantamento atualizado.

Também na perspectiva de ampla avaliação, o artigo A15 realizou um censo dos cursos de graduação em Enfermagem no Brasil. Um resultado relevante é que dos 1.668 cursos identificados, apenas 6,29% eram EaD, todos de instituições privadas, sendo que 50 deles se autodenominavam como semipresenciais. O trabalho apresenta reflexões importantes sobre a qualidade do ensino à distância, principalmente nos cursos de Saúde.

A pesquisa A15 fornece detalhes a respeito dos desafios enfrentados por gestores atuantes no contexto do semipresencial, tanto em processos administrativos quanto pedagógicos. Utilizando entrevistas abertas e semiestruturadas, a pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa, revela desconhecimento e divergências na gestão, destacando a falta de um planejamento definido para a modalidade semipresencial e a avaliação de seus impactos institucionais.

Dentro do que se propunha a pesquisa, o desenvolvimento do estado do conhecimento sobre o ensino semipresencial revelou primeiramente a importância da formação docente para a atuação nesta modalidade, conforme aponta Silva (2013, p. 173) quando diz que na formação docente é preciso “[...] compreender que a docência e a aprendizagem podem ser potencializadas com o uso do computador e da *internet* e, assim, distinguir educação a distância e educação na *internet*”. Entendendo que esta possui características e conceitos próprios e por essa razão a formação docente também deve ser específica para área, pois, na EaD (e suas derivações), os processos de planejamento, desenvolvimento e execução são diferentes dos modelos aplicados no presencial. Em diálogo com autores como Mishra e Koehler (2006), que defendem que dentro da formação docente seria necessária uma interseção entre os conhecimentos de conteúdos, os processos pedagógicos e tecnológicos.

No que se refere ao desempenho, perfil e percepções dos estudantes inseridos no contexto do ensino semipresencial, foi possível verificar o quanto o quesito “motivação” está atrelado à continuidade dos estudantes em cursos nesta modalidade. Além disso, as competências digitais são instrumentos estratégicos para um ensino de qualidade. Behar e Silva (2012, p. 1-2) afirmam que:

[...] modificando os espaços escolares, os ambientes de aprendizagem e os recursos utilizados para o ensino, bem como o perfil do aluno. Para as autoras, assim como o aluno na sala de aula, precisa de competências que o façam atuar como um estudante, o aluno da EaD também necessita de competências para enfrentar suas dificuldades e descobrir as possibilidades tecnológicas.

Entende-se, desta forma, que dentro do cenário EaD todos os atores envolvidos (docentes, estudantes, gestores) estejam em convergência para o ensino e aprendizagem dentro da modalidade. Não basta apenas “fazer”, é necessário “querer” e ter competências para atuar na modalidade e estar inserido nela.

Em relação ao tópico “Adaptação e avaliação de disciplinas para a semipresencialidade”, entende-se que a não como simplesmente transpor o presencial para o ensino a distância.

Um bom curso de educação a distância procura ter um planejamento bem elaborado, mas sem rigidez excessiva. Permite menos improvisações do que uma aula presencial, mas também deve evitar a execução totalmente hermética, sem possibilidade de mudanças, sem prever a interação dos alunos. Precisamos aprender a equilibrar o planejamento e a flexibilidade (que está ligada ao conceito de liberdade, de criatividade). Nem planejamento fechado, nem criatividade desorganizada, que vira só improvisação (MORAN, 2011, p. 1).

Esses processos de planejamento e avaliação são quesitos indispensáveis para uma EaD de qualidade e, para isso, as equipes multidisciplinares desempenham papel fundamental no desenvolvimento dessas estratégias de ensino. Medeiros; Alves; Tavares; Medeiros (2013, p. 4) afirmam que “Em EAD uma gestão eficiente possibilita alcançar resultados educacionais, que estão intimamente relacionados com a qualidade do ensino e formação acadêmica dos educandos”. Essa eficiência transcorre principalmente das estratégias de gerenciamento e relacionadas às ações de qualidade em todos os âmbitos do curso.

No item sobre “Metodologias, recurso e práticas de ensino no contexto semipresencial”, apresentam-se como uma “teia” indissociáveis as aplicações de metodologias ativas (observando o contexto e objetivos de aprendizagem que se busca alcançar). Ebert (2003, p. 3) destaca que o “o diferencial reside na utilização de meios instrucionais não convencionais como a imagem, o som e a utilização de todos num hipertexto, que, aliados aos convencionais, permitem uma contextualização maior do conteúdo que está sendo ministrado, tornando-se ferramentas de mediação na ação do ensino e da aprendizagem nesta modalidade de ensino”. Desta forma, os recursos midiáticos diversificados contribuem com os tipos de aprendizagem e as práticas de ensino que vão para além das telas dos computadores.

Por fim, no quesito gestão e aspectos institucionais do ensino semipresencial foi encontrada uma perspectiva de multivisão sobre o que é gestão na EaD, gerando um impacto negativo, uma vez que a falta de planejamento definido acarreta outras questões, como a transposição de aulas presenciais para o EaD sem qualquer conversão de métodos e metodologias, a falta de processos administrativos bem estabelecidos, entre outras. Rumble (2003) afirma que,

[...] a gestão é o processo que permite conduzir, com apoio do pessoal envolvido, uma atividade com eficiência e eficácia. A gestão é um exercício comum a todas as organizações, quer tenham finalidade lucrativa ou não. O ensino não é uma exceção. É fundamental, para os diferentes atores do processo, que a gestão do ensino seja eficiente e eficaz (p.13).

Assim, a gestão na EaD torna-se uma dos pilares fundamentais e estratégicos para a qualidade na educação a distância. Essa gestão também deve-se ultrapassar as questões burocráticas, é necessário também investir em pessoas, em concretizações que estabeleçam a importância do papel de cada indivíduo neste processo.

4. Palavras finais

Este artigo teve como objetivo apresentar um estado do conhecimento sobre a educação a distância no Brasil, em especial sobre a Educação semipresencial no contexto do Ensino Superior, levando em consideração aspectos conceituais e de formação docente.

Os trabalhos analisados indicam que a educação a distância, especialmente no Brasil, necessita de desenvolvimento em diversas áreas, como gestão, políticas públicas, cultura e reflexões teóricas. Isso é evidente pela falta de um entendimento sólido sobre o conceito de educação a distância, que se torna ainda mais complexo quando abordamos o ensino semipresencial.

Para alguns autores a educação a distância se baseia no entendimento que é uma modalidade caracterizada pelo tempo e espaços que seus atores ocupam, para outros ela conta como uma possibilidade educacional que tem como base as estruturas com métodos e metodologias centradas no protagonismo do estudante mediadas pelas tecnologias digitais. O fato é que não há como fugir dessa reflexão se levarmos em consideração como instituições têm desenvolvido a EaD sem levar em consideração seus aspectos conceituais, gerenciais e pedagógicos.

A EaD, por ser uma modalidade de ensino, requer uma estrutura totalmente diferente do presencial (descartando aqui o dualismo que se faz entre as duas modalidades), como, por exemplo, uma equipe multidisciplinar para o gerenciamento técnico e pedagógico; material didático dialógico e diversificado em mídias diferentes; docentes com formação para atuação nesta modalidade entre outras questões.

Já a formação docente para atuação na EaD não deve ficar refém dos cursos de curta duração ou do entendimento a atuação deste professor se resume ao conhecimento tecnológico sobre as ferramentas digitais. Assim, surge a necessidade de discorrer sobre o currículo que forma tais professores e como os cursos de graduação estão encarando essas questões, o que pode ser apresentado como sugestão para futuras pesquisas.

Quanto às limitações do estudo, reconhecemos que outros termos poderiam ter sido aplicados à busca, os quais podem ser entendidos por outros autores como semelhantes ao semipresencial, como ensino híbrido. Além disso, a pesquisa foi restrita a textos em português, o que exclui produções nacionais em outros idiomas. Tais limitações abrem possibilidades para pesquisas futuras que possam aprofundar a discussão conceitual, bem como expandir a revisão de literatura para incluir publicações em outros idiomas e bases de pesquisa, enriquecendo assim a compreensão sobre a produção acadêmica sobre o tema.

Biodados e contato dos autores



OLIVEIRA, J. A. S. é designer instrucional do Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas da Universidade Federal do ABC. Completou o seu mestrado na Universidade Federal do ABC. Seus interesses de pesquisa incluem Educação a distância e Metodologias Ativas, com destaque para Formação docente com atuação na EaD. Esteve envolvido em projetos voltados para formação discente na EaD; qualificação social e profissional social de jovens e adultos e formação de docentes para atuação na EaD.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7917-9719>

E-mail: jose.adriano@ufabc.edu.br



CERQUEIRA, B. R. S. é professor do Centro de Ciências Naturais e Humanas na Universidade Federal do ABC. Completou o seu Doutorado em Ensino de Ciências na Universidade de São Paulo. Seus interesses de pesquisa incluem Ensino e aprendizagem de Ciências e Biologia, Educação não formal, e Tecnologias nos processos educativos. Esteve envolvido em diversos projetos de pesquisa e extensão no campo da divulgação científica e das Tecnologias da Informação e Comunicação na educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2625-9788>

E-mail: bruno.cerqueira@ufabc.edu.br

Referências Bibliográficas

BEHAR, P. A.; SILVA, K. K. A. da. Mapeamento de competências: um foco no aluno da educação a distância. **Renote**, v. 10, n. 3, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 fev. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 4.059,** de dezembro de 2004. Trata da oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de dezembro de 2004.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2019. Seção 1, p. 35-36.
- CHANEY, D. *et al*. The reliability and factor structure of the Career Decision Self-efficacy Scale-SF with African Americans. **Journal of Career Assessment**, 15, p.194-205, 2007.
- EBERT, C. do R. C. O ensino semi-presencial como resposta às crescentes necessidades de educação permanente. **Educar em Revista**, n. 21, p. 01-16, 2003.
- GARRISON, R.; VAUGHAN, N. **Blended learning in higher education**. San Francisco: Jossey-Bass, 2008.
- LONCHIATI, F. A. B.; MOTTA, I. D. da; SOUZA, P. A. de. A educação semipresencial. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 1, nov. 2020. ISSN 1984-7858. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3237> Acesso em: 27 mar de 2024.
- MEDEIROS, E. da S.; ALVES, J. G.; TAVARES, O. C.; MEDEIROS, M. da S.. **A Importância da gestão da EaD no processo de ensino e aprendizagem**. Disponível em: <https://www.ubm.br/revista-direito/pdf/1fb6c981e8a792368964f29436fbc9b5.pdf> - Acesso em: 03 junho de 2024.
- MISHRA, P.; KOEHLER, M. (2016). Technological pedagogical content knowledge: a framework for teacher knowled. **Teachers College Record**, 108 (6), 1017–1054.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. MORAN, J. **O que é educação a distância**. Disponível em: <https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf> - Acesso em: 26 mar de 2024.
- MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875> - Acesso em: 26 mar de 2024.
- MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. do; NEZ, E. de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021.
- RUMBLE, G. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Trad. De Marília Fonseca. Brasília: Unesco. 2003.
- SILVA, M. R. C. **Ensino híbrido em cursos de graduação presenciais das Universidades Federais: uma análise da regulamentação**. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Cuiabá, MT, p. 176. 2016.
- SOARES, M.; MACIEL, F. I. P. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED, 2000.
- SHULMAN, L. (1986). **Those who understand: knowledge growth in teaching**. Disponível em: <https://www.wcu.edu/webfiles/pdfs/shulman.pdf> - Acesso em: 20 de abr de 2024.
- VIANNEY, J.; TORRES, P. L.; ROESLER, J. Educación superior a distancia en Brasil. In: TORRES, P. L.; RAMA, C. (Coor). **La Educación Superior a Distancia em America Latina y el Caribe - Realidades y tendencias**. Santa Catarina, UNISUL. 2010.